

# *A quantificação das expressões singulares em Leibniz: reflexões acerca de uma tese interpretativa de Georg Englebretsen<sup>1</sup>*

*Edgar Marques*  
UERJ/CNPq

Em um texto, escrito por volta de 1690<sup>2</sup>, que trata de algumas questões lógicas, Leibniz destaca, nas linhas iniciais, uma dificuldade relativa à compreensão dos termos singulares. Considerando que a proposição oposta – quer dizer, a contraditória – de uma proposição universal afirmativa (como, por exemplo, “todos os apóstolos são soldados”) é uma proposição particular negativa (como “alguns apóstolos não são soldados”), ele se pergunta como devemos compreender uma expressão singular, tal como “o apóstolo Pedro”, na posição de sujeito, se levarmos em conta que a proposição oposta à “o apóstolo Pedro é um soldado” é a proposição “o apóstolo Pedro não é um soldado”. O problema aqui é que se tomamos a proposição “o apóstolo Pedro é um soldado” como universal afirmativa e a proposição “o apóstolo Pedro não é um soldado” como particular negativa, então a expressão “o apóstolo Pedro” significa, na primeira proposição, o mesmo que “todo apóstolo Pedro”, significando, contudo, na segunda, o mesmo que “algum apóstolo Pedro”. Se considerarmos inicialmente, por outro lado, que “o apóstolo Pedro é um soldado” equivale a “algum apóstolo Pedro é soldado”, iremos nos deparar, contudo, com a mesma dificuldade, pois a sua contraditória seria, então, “todo apóstolo Pedro não é soldado”, o que significaria que a expressão “o apóstolo Pedro” equivaleria ora a “algum apóstolo Pedro” ora a “todo apóstolo Pedro”.

---

1 Retomo, no começo deste artigo, com ligeiras modificações, algumas formulações presentes nos parágrafos iniciais de meu texto *Sobre a quantificação das expressões singulares e a forma lógica da expressão eo ipso em Leibniz*, in: Rocha, E. & Levy, L. (org.), *Estudos de Filosofia Moderna*, Linus Editores, Porto Alegre, 2011, 91-101. Pesquisa realizada com o apoio do PRONEX/FAPERJ/CNPq-Predicação e Existência (E-26/110.565/2010).

2 Leibniz, G.W., *Logical Papers*, translated and edited by G.H.R. Parkinson, Clarendon Press, Oxford, 2002, pág. 115.

ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 17 nº 2, 2013, p. 265-277

Ao constatar essa equivocidade, a posição que Leibniz assume é simplesmente a de atribuir às expressões singulares a característica de poderem ser indiferentemente interpretadas quer como universais quer como particulares. Segundo ele, toda proposição singular pode ser equivalente tanto a uma proposição universal quanto a uma proposição particular, sendo permitido, assim, que se determine arbitrariamente a quantidade a ser atribuída ao termo singular. No caso em tela, é exatamente isso que ocorre. Segundo Leibniz, “dado que o termo é singular “algum apóstolo Pedro” e “todo apóstolo Pedro” coincidem.”<sup>3</sup>

Georg Englebretsen<sup>4</sup> emprega a expressão “quantidade selvagem” [*wild quantity*] para caracterizar essa concepção acerca da quantificação das expressões singulares, desenvolvida, segundo ele, extensamente por Fred Sommers, e que encontraria seu grande antecedente histórico em Leibniz. A ideia básica dessa concepção, pretensamente comum a ambos os autores, é, de acordo com Englebretsen, a de que “somos livres para escolher a quantidade implícita a ser relacionada a qualquer sujeito singular, quando atribuindo formas lógicas para o propósito de computar [*reckoning*] inferências.”<sup>5</sup>

De acordo com Englebretsen, a posição, idiossincrática de Leibniz acerca das proposições singulares segue-se da assunção conjunta das teses (1) de que em toda proposição verdadeira o predicado está contido no sujeito e (2) de que as noções relativas aos indivíduos são completas, isto, contêm o conjunto de todos os predicados que podem ser atribuídos verdadeiramente a esses indivíduos.<sup>6</sup>

Para mostrar como essas teses tomadas em conjunto fundamentam<sup>7</sup>, em Leibniz, a tese da quantificação selvagem das proposições singulares, Englebretsen aborda, primeiramente, o tratamento leibniziano da quantificação particular. Proposições particulares representam, à primeira vista, um problema para a concepção leibniziana da verdade, pois parece claro que

3 Leibniz, op. cit., pág. 115 (aspas acrescentadas por mim).

4 Englebretsen, G., A Note on Leibniz's Wild Quantity Thesis, *Studia Leibnitiana*, 20, 1988, 87-89.

5 Op. cit., pág. 87.

6 “These two theses (conceptual containment and completeness) are sufficient to establish the wild quantity thesis: for any proper name “N”, the proposition “Some N is P” entails the proposition “Every N is P”; in: op.cit., pág. 89.

7 Veremos mais adiante que essa ideia de fundamentação pode ser interpretada de duas maneiras distintas.

em proposições nas quais o conceito sujeito seja precedido pela expressão “algum” ou “alguns” não se pode, sem mais, dizer que o conceito predicado esteja contido no conceito sujeito. A proposição “alguns homens são brancos”, por exemplo, é verdadeira sem que seja, contudo, verdade que o conceito de branco esteja contido nos conceitos de homem ou de humanidade, pois se assim o fosse, todos os homens teriam de ser brancos, uma vez que o “ser branco” seria uma nota constitutiva do conceito de homem. O problema, então, é que, se pressupusermos, como Leibniz inquestionavelmente o faz, que em toda proposição verdadeira o sujeito contém o predicado, não poderemos, ao menos aparentemente, dar conta de como proposições que apresentem uma quantificação particular do termo sujeito podem ser verdadeiras, uma vez que nelas não há o compromisso de que o predicado esteja contido no sujeito.

Leibniz resolve essa dificuldade, de acordo com Englebretsen, interpretando a quantificação particular não simplesmente como uma operação sobre a extensão do conceito expresso pelo termo sujeito, mas sim, mais propriamente, como a criação de um novo termo através de um acréscimo intensional, isto é, como a criação de um termo que, por conter uma especificação qualquer ausente no conceito original, remete a um conceito outro daquele ao qual remetia o termo inicial. Assim, seguindo com o exemplo apresentado por Englebretsen, a proposição “alguns homens são brancos” deve ser interpretada de tal modo que o conceito de homem seja nela compreendido como dizendo respeito à humanidade branca, e não à humanidade *simpliciter*, o que faria, em última instância, com que a expressão mais adequada dessa proposição fosse algo como “homens brancos são brancos”, estando, nessa formulação, o conceito predicado inegavelmente contido no conceito sujeito.<sup>8</sup>

O tratamento que Leibniz propõe para proposições particulares pode ser encontrado no parágrafo 16 de suas *Investigações gerais acerca dos conceitos e da verdade*. Nesse parágrafo, Leibniz introduz em seu simbolismo a letra Y e dá a seguinte explicação para essa introdução: “Uma proposição afirmativa é “A é B”, ou, “A contém B”, ou, como Aristóteles o diz, “B está em A” (isto é, diretamente). Isto é, se substituirmos um valor por A, “A coincide com BY” irá aparecer. Por

8 Cito Englebretsen a esse respeito: “Consider “Some men is white”. Since the concept of humanity does not contain the concept of white, how is the truth of this proposition to be accounted for? Leibniz’s solution is to claim that in particular propositions “something is added” to the concept signified by the subject-term. When “man” in this case signifies not just the concept of humanity but the concept of white humanity then it can be seen to contain the concept of white, thus accounting the proposition as true”., in: op. cit. pág. 88.

exemplo, “homem é um animal”, isto é, o homem é o mesmo que um ----- animal (a saber, homem é o mesmo que um animal racional). Pois pelo signo  $Y$  eu tenho em mente algo indeterminado, de tal modo que  $BY$  é o mesmo que algum  $B$  ou um ----- animal (onde se compreende “racional”, dado que saibamos o que deve ser compreendido), ou, algum animal. De tal maneira que “ $A$  é  $B$ ” é o mesmo que “ $A$  é coincidente com algum  $B$ ”, ou  $A=BY$ .<sup>9</sup>

Leibniz afirma, então, que ao atribuírmos algum valor a  $A$  e a  $B$  em “ $A$  é  $B$ ” – quando dizemos, por exemplo, que  $A$  expressa o conceito de homem e  $B$  o de animal – o que estamos dizendo é que  $A$  é  $B$  na medida em que  $B$  é tomado como especificado e limitado de alguma maneira. Isso acontece porque, do ponto de vista extensional, em uma proposição predicativa simples, o conceito expresso pelo termo que ocupa a posição de predicado é tomado em uma extensão parcial, e não na totalidade de sua extensão. É por isso, aliás, que a proposição “todo  $A$  é  $B$ ” se deixa converter sem mais na proposição “algum  $B$  é  $A$ ”. Leibniz expressa essa ideia de especificação intensional ou de restrição extensional do predicado dizendo que “ $A$  é  $B$ ” é o mesmo que “ $A$  é  $BY$ ”. A expressão  $BY$  pode ser compreendida como significando quer uma especificação intensional de  $B$  – como ocorre em “animal racional” em relação a “animal” na proposição “todo homem é um animal racional” – quer uma quantificação particular de  $B$ , isto é, como significando “algum  $B$ ”, tal como na proposição “algum  $B$  é  $A$ ”, que é a conversa da proposição “todo  $A$  é  $B$ ”.

Como é sabido de todos, no simbolismo adotado por Leibniz, “ $A$  é  $B$ ” significa “todo  $A$  é  $B$ ”. Com isso, “ $A$  é  $B$ ” é o mesmo que “ $A$  é  $BY$ ”, mas não é o mesmo que “ $AY$  é  $B$ ”, pois enquanto a primeira é universal em relação a  $A$ , esta última é particular. Do ponto de vista intensional, o que  $AY$  significa em “ $AY$  é  $B$ ” é que  $A$ , quando especificado de uma determinada maneira, é  $B$ . Em termos quantificacionais, o que isso significa é que algum  $A$  – e não todo  $A$  – é  $B$ . Esse algum  $A$  que é  $B$  é o mesmo que aquele intensionalmente determinado através do recurso à nota característica indeterminadamente referida pelo  $Y$ . O ponto importante a observar aqui é que, do ponto de vista intensional, o  $Y$  indica o acréscimo de uma ou mais notas características ao conceito indicado pelos termos  $A$  ou  $B$ .

9 Leibniz, G.W., *Logical Papers*, translated and edited by G.H.R. Parkinson, Clarendon Press, Oxford, 2002, pág. 56.

Seguindo aqui Englebretsen, o passo seguinte para chegarmos – a partir da aceitação conjunta da (1) concepção da verdade como continência, da (2) ideia da completude das noções relativas a indivíduos e da (3) interpretação intensional da quantificação particular como especificação de um conceito através do acréscimo de notas características - à tese da quantificação selvagem das expressões singulares envolveria, em Leibniz, a consideração de como funcionam as proposições nas quais ocorrem nomes próprios. Para mostrar como isso se dá, Englebretsen toma uma proposição predicativa simples como “Sócrates é sábio”. Caso essa proposição seja interpretada como particular, ela corresponde à proposição “algum Sócrates é sábio”, mas, como vimos acima, a expressão quantificada “algum Sócrates” é passível também de um tratamento intensional que resultaria na especificação da noção de Sócrates através do acréscimo da nota característica “ser sábio”. Assim, a proposição particular “Sócrates é sábio” significaria o mesmo que a proposição “Sócrates sendo sábio é sábio”. Entretanto, de acordo com a filosofia leibniziana, a noção de Sócrates, por ser a noção de um indivíduo, é ela mesma já completa, sendo impossível o acréscimo a ela de qualquer nota característica que a especificasse melhor, pois ela já possui todas as notas que a ela podem pertencer sem gerar inconsistência. Isso implica que os conceitos “Sócrates” e “Sócrates sendo sábio” expressam exatamente a mesma noção, qual seja, a noção completa da substância individual Sócrates. Sendo assim, podemos não apenas inferir da verdade de “todo Sócrates é sábio” a verdade de “algum Sócrates é sábio”, senão que também podemos percorrer o caminho inverso e extrair da verdade de “algum Sócrates é sábio” a verdade de “todo Sócrates é sábio”. Isso equivale a dizer que essas duas proposições diversamente quantificadas possuem as mesmas condições de verdade, o que significa que a expressão “Sócrates” pode ser indiferentemente substituída por “todo Sócrates” ou “algum Sócrates”.

\*\*\*

O cerne da proposta de Englebretsen consiste, assim, em considerar que o recurso às teses (1), (2) e (3) seria suficiente para estabelecer [*establish*] em Leibniz a tese da quantificação selvagem dos nomes próprios nas sentenças predicativas<sup>10</sup>. Não é, contudo, suficientemente

10 A bem da verdade, Englebretsen afirma literalmente apenas que (1) e (2) estabelecem a tese da quantificação selvagem. Considero, porém que o desenvolvimento de seu texto torna claro que a interpretação leibniziana da quantificação particular é fundamental para o estabelecimento da tese relativa à quantificação

claro o que Englebretsen tem em mente com a expressão “estabelecer”. Ela pode tanto, em uma acepção forte, significar que essa três concepções, tomadas conjuntamente, acarretam a tese da quantificação selvagem das proposições singulares quanto, em uma acepção mais fraca, significar que a tese da quantificação selvagem é coerente com a concepção leibniziana de verdade, com a ideia da completude das noções concernentes a indivíduos e com a identificação, nas proposições particulares, da restrição extensional a uma especificação intensional, consistindo, entretanto, ela mesma em uma tese cuja sustentação dar-se-ia independentemente dessas concepções. O poder explicativo da hipótese interpretativa de Englebretsen é, evidentemente, muito maior quando a expressão “estabelecer” é compreendida no sentido mais forte, pois ela estaria, então, compromissada com a explicitação das razões que sustentam a adoção da tese da quantificação selvagem, e não apenas com a afirmação de que ela e essas três outras teses constituem um sistema filosófico coerente.

No que se segue, tentarei mostrar que a ideia, forte e interessante, de que a assunção conjunta das teses (1), (2) e (3) acarreta a tese da quantificação selvagem das expressões singulares não se deixa sustentar no interior do sistema leibniziano, restando como alternativa apenas a posição – correta, mas bem menos interessante – de que essas quatro teses são mutuamente compatíveis.

Considerações de duas ordens distintas, mas que espero mostrar que estão, de alguma maneira, relacionadas entre si, levam-me a assumir essa posição crítica em relação à interpretação forte da hipótese de Englebretsen. Em primeiro lugar, avalio que essa interpretação está focada unicamente no emprego de nomes próprios, não levando em conta a variedade das expressões singulares. Isso faz com que certas proposições inegavelmente singulares não estejam incluídas no escopo de sua explicação. Além disso, em função desse seu foco demasiadamente estreito, essa interpretação – e isso, talvez seja o mais grave – acaba por não desvelar de maneira adequada o que ocorre mesmo nas sentenças que apresentam nomes próprios como seus constituintes. Meu segundo ponto é de natureza um pouco mais geral e diz respeito a uma certa desconfiança minha em relação ao apelo ao conceito de noção completa para resolver um enigma relativo à quantificação, pois tal questão se coloca no plano humano da Característica, e seres humanos, por princípio, não possuem nenhum acesso a noções completas. Minha suspeita, e

espero fornecer no restante do texto razões que a tornem aceitável, é a de que, na interpretação de Englebretsen, a um problema formulado a partir do ponto de vista humano é fornecida, de maneira imprópria e inadequada, uma resposta que apela para recursos disponíveis unicamente a uma perspectiva divina. A interpretação de Englebretsen envolveria, assim, um apelo indevido a duas perspectivas ou esferas que devem ser conceitualmente separadas uma da outra de maneira estrita.

No parágrafo 72 das *Investigações gerais acerca dos conceitos e da verdade*, Leibniz faz uma afirmação que parece ir no sentido da interpretação forte de Englebretsen acima esboçada. Ele escreve o seguinte: “Se temos BY e o termo indefinido Y é supérfluo (isto é, do modo pelo qual “um certo Alexandre, o Grande” e “Alexandre, o Grande” são o mesmo), então B é um indivíduo.”<sup>11</sup> Assim, o que essa passagem parece indicar é que o critério para se reconhecer um termo que designa um indivíduo – isto é, um termo singular – é o caráter supérfluo do acréscimo de Y a ele, isto é, um termo designa um indivíduo quando esse termo possui o mesmo sentido com ou sem o Y a ele acrescentado. Leibniz aparentemente fornece nessa passagem, então, um critério para o reconhecimento de um termo como sendo singular, a saber, o caráter supérfluo do acréscimo do Y a ele.

Será, contudo, que, tal como a passagem acima parece sugerir, a natureza supérflua do acréscimo do Y a um termo pode ser realmente considerada como critério para o reconhecimento de um termo como sendo singular? Vejamos esse ponto mais de perto. A presença ou ausência de um determinado traço somente pode ser um critério para a identificação do tipo ao qual alguma coisa pertence caso aqueles destinados a aplicar esse critério possam de alguma maneira determinar quando tal traço está presente ou ausente. No caso em questão, a superfluidade do acréscimo de Y a um determinado termo seria o critério do qual se lançaria a mão para o reconhecimento de que este se trata de um termo singular. A dificuldade óbvia que aqui emerge diz respeito ao fato de que o reconhecimento do caráter supérfluo do acréscimo do Y a um termo pressupõe que se tenha disponível a noção completa relativa ao indivíduo em questão, sendo que os seres humanos, que seriam os sujeitos que empregariam tal critério, não possuem uma tal noção. Se o reconhecimento de um termo como sendo singular pressupõe o reconhecimento do caráter supérfluo do acréscimo do Y a ele, e se a determinação dessa super-

---

11 Leibniz, G.W., op. cit., pág. 65.

fluidade somente pode se dar por meio do recurso à noção associada ao termo, e se, por último, aos indivíduos estão associadas noções completas, então apenas sujeitos que tenham acesso a essas noções podem, diante de um certo termo, determinar que, em função da superfluidade do acréscimo do Y a ele, se encontram diante de um termo singular. O referido critério ficaria, assim, claramente sem aplicação possível, dado que, por um lado, seres humanos, ao contrário de Deus, não entretêm em seu intelecto noções completas das substâncias individuais, enquanto que Deus, por outro lado, não se utiliza de sinais sensíveis – termos ou sentenças – para pensar, não necessitando, então, identificá-los como singulares ou universais. Difícil, então, conceber um critério mais inútil.

Entretanto, essa não é a única passagem na qual Leibniz trata dessa questão. No texto ao qual aludi no início deste artigo, Leibniz apresenta uma argumentação que vai praticamente no sentido oposto àquele presente na passagem que acabo de comentar. Lá ele argumenta que uma proposição singular é equivalente, ao mesmo tempo, a uma proposição universal e a uma proposição particular, uma vez que as expressões “todo A” e “algum A” coincidem uma com a outra se o termo A for um termo singular. Nas palavras de Leibniz: “dado que o termo é singular” “algum apóstolo Pedro” e “todo apóstolo Pedro” coincidem.<sup>12</sup> Dessa maneira, não se trata, nesse texto posterior a 1690, de apresentar a superfluidade do acréscimo intensional a uma noção como sendo o critério que deve permitir o reconhecimento de que um termo é singular, mas sim trata-se, ao contrário, de considerar que é a partir do reconhecimento prévio de que um determinado termo A é singular que se extrai a consequência de que “algum A” e “todo A” coincidem.

Assim, enquanto o primeiro texto examinado parece indicar que, para Leibniz, é o fato de ser supérfluo ou não um certo acréscimo intensional a uma noção que orienta o reconhecimento de que o termo associado a essa noção é ou não singular, aparentemente nos defrontamos, nesse segundo texto, com uma tese que vai no sentido inverso, enunciando que o fato de um determinado termo ser singular é que implica que ele possa ser indiferentemente interpretado quer como universal, quer como particular. Resumindo: no primeiro caso, parte-se da superfluidade do acréscimo de Y a um termo e chega-se à caracterização desse termo como singular, enquanto no segundo caso, o ponto de partida é a caracterização do termo como singular, sendo o ponto de chegada a quantificação selvagem das expressões singulares.

---

12 Leibniz, op. cit., pág. 115 (aspas acrescentadas por mim).

Com essa contraposição, eu quero apenas sublinhar que uma recusa da interpretação que repouse fortemente sobre a primeira passagem não precisa significar uma recusa da filosofia leibniziana em relação a esse tópico, pois Leibniz pode ser compreendido no sentido da segunda interpretação acima esboçada. Espero que esse tópico fique mais claro ao final deste artigo.

\*\*\*

Eu gostaria de desenvolver agora o primeiro conjunto de considerações que me levam a julgar inadequada a interpretação desenvolvida por Englebretsen em seu texto.

Leibniz sustenta, como todos o sabem, que em toda proposição verdadeira o predicado está contido no sujeito. Do ponto de vista ontológico, isso significa que a atribuição de uma determinada propriedade ou relação a um certo indivíduo apenas pode ser verdadeira caso o indivíduo em questão efetivamente possua a propriedade a ele atribuída ou entretenha de fato a relação adjudicada. Do ponto de vista nocional, o significado é o de que a verdade da proposição está fundada na inclusão da noção do predicado na noção do sujeito, devendo, contudo, ser feita a ressalva de que se tratam não das noções presentes no entendimento humano, mas sim das noções que constituem o entendimento divino.

Tomando, por exemplo, a proposição “Arnauld é solteiro” constatamos, aplicando esse modelo explicativo, que ela trata de Arnauld e que é verdadeira por estar incluída na noção completa contida na mente divina acerca da substância individual Arnauld que ele seja solteiro. Já com a proposição “Arnauld é casado” ocorre a constatação de que tal atribuição é falsa por ser a presença desse predicado logicamente inconsistente com a noção de Arnauld tomada como um todo. Ambas as proposições são contingentes – e não necessárias – por não serem contraditórias suas negações. Dessa maneira, apesar de ser verdadeiro que Arnauld é solteiro, não é em si contraditória a afirmação de que ele não o seja, sendo possível, assim, que ele não o fosse. Isso implica que seja verdadeira a proposição “Arnauld poderia ser não solteiro”, que equivale à proposição “Arnauld poderia ser casado”.

Aqui o modelo apresentado parece se defrontar com algumas dificuldades. Dizer que é verdadeira essa sentença modal parece significar que não é contraditória a posse por parte de Arnauld do predicado de ser casado, ainda que ele de fato seja solteiro, e não casado. Mas é claro que não podemos assumir coerentemente essa posição aqui, pois dentre as notas características

do conceito individual de Arnauld presente à mente divina se encontra precisamente o predicado de ser solteiro, sendo inconsistente com essa noção completa de Arnauld a possibilidade dele ser casado, tornando-se, dessa forma, difícil compreender não apenas em que sentido podemos dizer que Arnauld poderia ser casado, mas também em que sentido a proposição modal verdadeira “Arnauld poderia ser casado” poderia ser acerca de Arnauld, dado que a noção completa que individualiza no entendimento divino a substância individual Arnauld é incompatível com a atribuição a ele dessa propriedade. Essa noção completa é, para ser mais preciso, incompatível com a atribuição a Arnauld de qualquer propriedade ou relação que já não esteja nela contida.

Na carta a Arnauld de julho de 1686 podemos encontrar uma solução de Leibniz para essa dificuldade. Nessa carta ele afirma que podemos conceber pessoas *sub ratione generalitatis*, isto é, de uma maneira tal que, apesar de parecer que falamos de um indivíduo específico, na verdade não temos presentes na noção empregada notas características para determinar de maneira suficiente um único indivíduo. Assim, quando – o exemplo é de Leibniz – pensamos em Adão como o primeiro homem que Deus colocou no jardim do Éden e de cuja costela foi criada Eva, esse conteúdo intensional não é suficiente para a determinação de um único indivíduo, pois essa noção, por não conter a totalidade de propriedades verdadeiramente possuídas pelo sujeito ao qual queremos nos referir, pode ser complementada das mais diferentes maneiras, gerando, então, noções diversas, as quais, por sua vez, farão referência a indivíduos distintos. Por exemplo, o Adão que, cedendo aos apelos da serpente e de Eva, come a maçã é obviamente um indivíduo outro que o Adão que permanece obediente a Deus.

Para o tópico que estamos discutindo neste artigo – qual seja, a avaliação da tese interpretativa segundo a qual a quantificação selvagem das proposições individuais tem, em Leibniz, seu fundamento na tese de que as noções relativas às substâncias individuais são completas, tornando supérfluo o acréscimo do *Y* ao termo que designa o sujeito – o ponto relevante no que foi dito acima diz respeito ao fato de, em Leibniz, a presença de um nome próprio na posição do sujeito em uma proposição predicativa simples não poder nos garantir que o nome em questão funcione como um nome logicamente próprio. Apenas quando associada a uma noção completa, o que afastaria a possibilidade de que se esteja compreendendo *sub ratione generalitatis* o sujeito a quem se quer referir, é que podemos ter assegurado que o conteúdo descritivo agregado ao nome garante que o nome empregado realmente faça referência a um único ente. Assim, se considerarmos, como Leibniz o parece fazer, que é exclusivamente via conteúdo nocional que

a referência do nome é fixada, então não há como garantir a referência a indivíduos específicos senão que através do apelo a noções completas.

Julgo que as considerações desenvolvidas no parágrafo anterior não se sustentam, pois simplesmente não podemos proceder dessa maneira ao determinarmos os indivíduos aos quais nossos termos singulares se referem, dado que, por uma questão de princípio, não possuímos nenhuma noção completa de nenhum indivíduo. O recurso às noções completas é apenas factível para Deus, cujo entendimento é constituído precisamente por noções completas de indivíduos e por modelos de mundos possíveis.

O erro aqui consiste em, com base nessas observações de Leibniz, tentar-se elucidar o modo como nós, seres humanos, determinamos a referência dos termos singulares, quando o que Leibniz visa esclarecer é unicamente o modo como Deus pensa os indivíduos. Como Deus não é um elemento integrante de nenhum mundo possível, ele não pode assumir nenhuma posição particular no interior da trama espaço-temporal dos eventos que constituem cada um dos mundos, de maneira que tanto falta a ele a possibilidade de circunscrição de um contexto de fenômenos, no interior do qual uma noção incompleta possa ser suficiente para que se faça referência a um único singular, quanto falta também a possibilidade de formular ou empregar noções demonstrativas ou indexicais, que exercem esse papel singularizador. Em função disso, não resta a Deus nenhuma outra alternativa para determinar os indivíduos aos quais ele se refere, senão que por meio de noções que constituam conjuntos maximais das determinações – propriedades e relações – inerentes a esses indivíduos.

Exatamente por habitarmos um dos infinitos mundos possíveis – aquele que foi criado por Deus – é que podemos lançar mão de mecanismos de determinação dos referentes das nossas expressões singulares que não estão disponíveis para Deus. Podemos fazê-lo, por exemplo, através do emprego de noções demonstrativas ou indexicais, acrescentando ao conteúdo descritivo algum tipo de indicação que nos permita determinar de maneira suficiente o ente ao qual desejamos nos referir. Podemos também empregar descrições definidas que não sejam suficientes para a discriminação referencial se levarmos em conta, como Deus o tem de fazer, todos os integrantes do reino dos possíveis, mas que desempenham com folga essa função discriminatória no interior de um contexto mais estreito no qual nos encontremos. Assim, por exemplo, a proposição “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas* é solteiro” contém como

sujeito a descrição definida “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas*”, a qual certamente não possui associada a ela uma noção que seja perfeitamente individualizadora da sua referência. Essa noção se deixa facilmente completar de maneiras distintas, acabando por permitir a referência a diferentes sujeitos em função das diferentes formas pelas quais ela é completada. Podermos sem nenhuma dificuldade pensar em diferentes mundos nos quais diferentes pessoas escreveram esse livro, podendo essa descrição definida fazer referência, assim, indiferentemente a qualquer uma dessas pessoas. Dessa maneira, lançando mão unicamente dessa noção, Deus não poderia selecionar o referente dessa descrição, pois todas essas infinitas possibilidades estariam dispostas diante dele, não havendo nenhum mecanismo a ele disponível para realizar essa seleção. O mesmo, contudo, não pode ser dito de nós. Habitamos um mundo no qual um único sujeito escreveu esse livro, sendo, portanto, suficiente para fazer referência a ele a sua caracterização como autor desse livro. Como não temos de selecionar o referente dessa expressão dentro do universo de todos os possíveis, mas sim unicamente dentro do conjunto dos entes que habitam nosso mundo, isto é, dentro do conjunto dos entes existentes, não nos deparamos com outros candidatos que satisfaçam a essa descrição, o que torna efetivamente singularizadora a descrição empregada. Ao dizer “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas* é solteiro” digo algo que possui sentido, é verdadeiro e é acerca de Antoine Arnauld.

Meu ponto é, então, que uma proposição como “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas* é solteiro” é singular da mesma maneira que a proposição “Arnauld é solteiro” também o é, e isso devido ao fato de serem ambas acerca de um determinado indivíduo. Se, em função dessa segunda proposição ser singular, sua quantificação é selvagem, então, da mesma forma, a quantificação da primeira proposição também o será. A questão é que em relação à proposição “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas* é solteiro” não há como dizer que a consideração de que sua quantificação é selvagem se funda, como teria de dizer Englebretsen, no fato de ser completa a noção a ela associada, não comportando nenhum acréscimo nocional que não seja supérfluo. Salta, assim, aos olhos que a descrição definida “o autor de *Acerca das Ideias Verdadeiras e Falsas*” não possui associada a ela de maneira alguma uma noção completa, mas sim, ao contrário, uma noção que pode ser completada de infinitas maneiras distintas. Isso basta, creio, para mostrar que a interpretação proposta por Englebretsen é inadequada. Minha sugestão interpretativa seria a de considerar que o conceito fundamental nessa discussão deve ser não o da completude da noção, mas sim o da unicidade do referente.

RESUMO

*Apresento e critico neste artigo a interpretação que Georg Englebretsen desenvolve para uma tese leibniziana acerca da quantificação das expressões singulares. De acordo com Leibniz, as expressões singulares podem ser interpretadas quer como universais quer como particulares. Segundo Englebretsen, essa posição decorre da aceitação conjunta da noção da verdade como inclusão do predicado no sujeito e da ideia de que as noções relativas a indivíduos são completas, isto é, contêm todos os predicados atribuíveis verdadeiramente a um indivíduo. Tento mostrar que essa explicação de Englebretsen é insatisfatória por misturar perspectivas que não se deixam misturar, a humana e a divina.*

**Palavras-chave** *Leibniz, quantificação, noção completa.*

ABSTRACT

*In this article, I present and criticize the interpretation that Georg Englebretsen develops for a Leibnizian thesis regarding the quantification of singular expressions. According to Leibniz, singular expressions can be interpreted either as universal or as particular. According to Englebretsen this position follows from the joint acceptance of the conception of truth as inclusion of the predicate in the subject and the idea that the notions relating to individuals are complete. I try to show that this explanation is unsatisfactory because it conflates perspectives that must be left apart from each other.*

**Key-words** *Leibniz, quantification, complete notions.*